



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE

Identificação: GERAL A7

Data: 01/02/2013

EM ARACAJU

MPE requer definição das escalas médicas em UPAs

Karla Pinheiro

A situação da saúde nos municípios de Sergipe continua deficitária, e na capital não é diferente. Em mais um capítulo da novela Saúde, o problema agora é a dificuldade para fechar as escalas médicas das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Nestor Piva e Fernando Franco. Uma sentença judicial foi expedida solicitando a realização imediata de concurso público para atender a necessidade médica de cada UPA, mas até o momento o que acontece é a contratação de médicos prestando serviço através de Recibos de Pagamentos Autônomos (RPA), contrato frágil que não caracteriza nenhum vínculo trabalhista com o Município de Aracaju.

Para atender a demanda do Nestor Piva são necessários cinco médicos plantonistas clínicos e no Fernando Franco três médicos, durante os sete dias da semana, portanto seriam 35 médicos plantonistas, por semana no Nestor Piva e 21 no Fernando Franco, mas a realidade nas UPA é bem diferente. No Zona Norte trabalham 17 médicos concursados e 18 médicos RPA. Já no Fernando Franco são quatro médicos concursados e 17 RPA. A quantidade de profissionais preenche a necessidade das unidades de saúde, mas foge da sentença judicial que determina a contratação emergencial de médicos até que o concurso público seja deflagrado.

“Uma Ação Civil Pública foi movida em março de 2011 para regularizar as escalas de clínicos nas unidades Nestor Piva e



FOTOS: DIOGENES DUCS

Audiência discutiu a real situação das escalas médicas nas Unidades de Pronto Atendimento

Fernando Franco, então agora foi proferida a sentença pelo juiz que determinou que nos prazos estabelecidos pela liminar, as unidades de atendimento tenham as escalas completas de médicos clínicos e para isso foi determinado pelo juiz que haja a contratação emergencial de clínicos e que seja deflagrado o concurso público. O que nós observamos é que as escalas existem, mas todas elas possuem 70% de profissionais contratados sem vínculo trabalhista, ou seja, as escalas são completadas por RPA que é um vínculo precário e que não deve ser feito no serviço público, principalmente para uma atividade

fim que é a prestação de saúde”, enfatiza a promotora pública Euzá Missano.

A falta de vínculo empregatício dos médicos contribui para que as escalas de plantão fiquem descobertas, já que não há como haver cobrança e nem penalidade a esse profissional contratado por RPA. “O médico que está com RPA não tem vínculo com o município de Aracaju, portanto ele passa apenas a ter o compromisso moral de ir ao plantão e se ele não for não tem como obrigá-lo e nem formalizar as punições previstas na legislação”, explica a promotora que informa também que existe outro agravante na questão dos RPA que é a remuneração. Os médicos concursados do município recebem por hora o valor de R\$ 30, já os médicos contratados por RPA recebem de R\$ 65 e R\$ 95. “Existe uma discrepância significativa do valor da hora trabalhada do médico RPA para o concursado, isso além de desestimular uma formação de contratação através de concurso público, também significa um gasto para o município bem maior com o

RPA do que com o próprio concursado”, esclarece.

• Contratação

Durante a audiência realizada no Ministério Público Estadual, ontem, 31 de janeiro, a promotora Euzá Missano enfatizou a necessidade da contratação emergencial de médicos clínicos até que o concurso público seja realizado. “O MPE vai informar ao juiz que não está sendo obedecido o conteúdo da liminar e nem o sentencial. Os RPA devem ser extintos imediatamente e o município de Aracaju deve cumprir o que o juiz determinou, que é fazer a contratação emergencial, com vínculo empregatício, para uma necessidade excepcional até ser deflagrado o concurso público. É necessário haver a contratação desses profissionais porque até a realização do concurso o município vai ficar com o efetivo médico precaríssimo que é o RPA. Portanto, os RPA saem, o município faz a contratação, o médico vai receber pela hora trabalhada e vai ter um vínculo, ainda que emergencial”, finaliza a promotora.